



PAULO FREIRE E O ANALFABETISMO SOCIOLÓGICO: por uma Sociologia dos oprimidos

Ivan Penteado Dourado¹

Resumo

A presente discussão, de ordem teórica e bibliográfica, retrata os ganhos formativos e pedagógicos, defendidos por Paulo Freire, para pensar o ensino de Sociologia voltado à humanização e autonomia. Tendo como base o passado histórico brasileiro (da quase inexistência da Sociologia no currículo escolar) partimos de uma realidade fundante que identificamos, aqui, como analfabetismo sociológico. A presente pesquisa identifica a necessidade de articulação do ensino sociológico dentro de novos parâmetros estratégicos no espaço escolar. Identifica-se, também, a necessidade de reconhecimento de uma posição política na prática pedagógica, na seleção e no uso pedagógico dos conhecimentos que serão mobilizados em aula. A Sociologia possuiria, nessa proposta, um amplo potencial de movimentar a curiosidade epistêmica frente aos fenômenos sociais. Assim, a conclusão da presente pesquisa aponta para uma responsabilização dos educadores do campo do ensino de Sociologia na superação do analfabetismo sociológico brasileiro por meio do uso de conceitos geradores selecionados pela sua capacidade de libertar a consciência social dos oprimidos.

Palavras-chaves: Ensino de Sociologia. Paulo Freire. Analfabetismo sociológico. Sociologia do oprimido.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Professor no curso de Pedagogia e Pós-Graduação em Educação UDESC/FAED (Grupo de pesquisa LUTE - Lutas Sociais, Trabalho e Educação). *E-mail:* ivan.dourado@udesc.br

PAULO FREIRE AND SOCIOLOGICAL ILLITERACY: for a Sociology of the oppressed

Abstract

The present discussion, of a theoretical and bibliographical nature, portrays the formative and pedagogical gains, defended by Paulo Freire, to think about the teaching of Sociology aimed at humanization and autonomy. Based on the Brazilian historical past (the almost non-existence of Sociology in the school curriculum) we start from a fundamental reality that we identify, here, as sociological illiteracy. This research identifies the need to articulate sociological teaching within new strategic parameters in the school space. It also identifies the need to recognize a political position in pedagogical practice, in the selection and pedagogical use of knowledge that will be mobilized in class. Sociology would have, in this proposal, a broad potential to move epistemic curiosity in the face of social phenomena. Thus, the conclusion of the present research points to the responsibility of educators in the field of Sociology teaching in overcoming Brazilian sociological illiteracy through the use of generative concepts selected for their ability to free the social conscience of the oppressed.

Keywords: Teaching Sociology. Paulo Freire. Sociological illiteracy. Sociology of the Oppressed.

Introdução

Pode parecer incomum a ousadia em estabelecer, já de imediato, no título da presente pesquisa, a relação entre Paulo Freire e o ensino de Sociologia. Ainda mais, quando se indica a defesa do ensino da disciplina voltada aos oprimidos. Não se pode negar que existem diferenças entre os campos da Sociologia e da Pedagogia, principalmente, com relação as suas correntes teóricas e seus principais pensadores. Porém, em contraponto a isso, é inegável a influência de Paulo Freire em educadores e professores que lecionam a referida disciplina.

O ensino de Sociologia e sua aproximação com a teoria de Freire constitui tema recente nas pesquisas brasileiras. Temos, por exemplo, Parmigiani e Dombrowski (2013), seguido de Pereira (2016; 2021), Dourado (2016; 2017) e a

pesquisa mais recente, de ordem qualitativa, de Furim (2019). Essas discussões contribuíram, cada uma a sua maneira, com avanços teóricos e pedagógicos no ensino de Sociologia. Retomaremos alguns desses pontos ao longo da discussão.

O objetivo da presente pesquisa é estabelecer uma discussão bibliográfica, de ordem teórica, capaz de apresentar algumas dimensões muito específicas, que reafirmam a riqueza pedagógica libertadora entre Paulo Freire no Ensino de Sociologia. Identificando uma das conclusões da pesquisa de (Dourado, 2017), que identificou a existência de um senso comum opinativo sobre o social dominante no pensamento nacional, juntamente com um conjunto de pesquisas que realizam a recuperação histórica da não-presença da Sociologia no currículo escolar, nos permitiu apontar para uma proposta de Ensino de Sociologia alicerçada numa antropologia pedagógica de Paulo Freire.

Reconhecemos, portanto, o potencial que a concepção antropológica freireana possui na sustentação de um novo compromisso de ensino que se desafie a efetivar um processo de alfabetização sociológica no Brasil. É necessário afirmar, aqui, que o academicismo enciclopédico, elitista e pedante, que levam professores não críticos a jogar os conhecimentos sociológicos nos estudantes, com objetivo de serem memorizados e cobrados em provas, precisam ser urgentemente identificados como pouco ou nada efetivos frente a tal desafio. Sendo assim, a presente proposta objetiva tornar consciente a necessidade de mobilização dos conhecimentos sociológicos já produzidos para um objetivo político direcionado à geração de autonomia, humanização e construção de criticidade na educação sociológica. Como bem definiu Pierre Bourdieu ao afirmar que a Sociologia pode ser entendida como um esporte de combate intelectual, um meio de defesa pessoal (Carles, 2001) direcionado aqui, especificamente, ao compromisso de efetivação de novas formas de libertação intelectual dos oprimidos.

Reconhecendo a complexidade da trajetória intelectual e política de Paulo Freire, selecionamos cuidadosamente ², para essa pesquisa, obras como: *Conscientização: Teoria e prática da libertação* (1979), *Pedagogia do Oprimido* (1981), *A importância do ato de ler* (1989) *Pedagogia da Esperança* (1999), *Pedagogia da Indignação* (2000) e *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (2009).

Esse resgate, em especial, aprofunda questões que, em seu conjunto, sustentam a ideia que alicerça a alfabetização como elemento de formação da cidadania. Isso ocorre dentro de uma concepção de educação como movimento de superação do senso comum simplificador e preconceituoso da realidade. Assim, a amplitude da concepção antropológica da educação freireana se somaria ao papel formador da consciência que o ensino de Sociologia possui. Essa combinação ganha, portanto, um potencial específico no processo de humanização da consciência social no contexto brasileiro. O referido processo só será possível na presente discussão, se a dimensão social for reconhecida como fundamental na formação da consciência dos sujeitos.

Para Paulo Freire, a humanização do ser está inscrita na tomada de consciência. A educação só é capaz de humanizar se estiver interligada com uma formação crítica capaz de gerar autonomia na consciência. Sobre isso, ele afirma que “não haveria existência humana sem a abertura de nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência” (Freire, 2002, p. 98).

Essa concepção educativa relaciona as formas de conhecimento disponíveis no entorno de cada sujeito social com a capacidade de responder as suas curiosidades. A primeira etapa da perspectiva freireana é definida como uma pedagogia que opta pela educação e formação da consciência dos oprimidos, ou, segundo a sua própria definição, uma *Pedagogia do Oprimido* (1981).

² A escolha pelas referidas obras se deu pela seleção de publicações que tratam do segundo momento de Freire (SCOCUGLIA, 2001 e 1999), no qual deperta sua concepção antropológica de pedagogia, reconhecida como importante período de amadurecimento intelectual.

Reconhecendo o potencial que essa primeira etapa possui no campo educativo, permite-nos identificar, inicialmente, duas dimensões de superação. A primeira, supera a pedagogia tradicional, ao responsabilizar o professor na condução de uma educação que transcende o espaço escolar. E, a segunda, diz respeito à superação da limitação calcada na crença de que o ato educativo encontrava-se fechado na dimensão da escolarização formal centrada no ensino “neutro” de conteúdos. Essas duas dimensões críticas possibilitaram a Paulo Freire revelar o aspecto político central na ação educativa, o que auxilia diretamente na proposição em tela de uma nova forma de entendimento da educação sociológica, capaz de estabelecer uma relação entre a consciência crítica e o pensamento comum.

A pretensão do presente estudo não foca em um processo de alfabetização da língua ou “alfabetização das palavras”, mas de tratar especificamente da alfabetização sociológica. Assim, buscamos em Freire a proposta de um processo educativo que objetiva a aquisição de um novo tipo de consciência social no contexto da escolarização brasileira.

O ensino de Sociologia, em diálogo com Paulo Freire, portanto, conduz a um entendimento da alfabetização, do pensar e do olhar à dimensão social, transformando os conteúdos sociológicos em uma potência pedagógica humanizadora. Essa alfabetização se faz central pois possui potencial libertador e gerador de novas capacidades de análise e transformação na realidade socialmente construída e reproduzida. Sobre essas novas capacidades de ver a realidade, (Dourado, 2016) ilustra precisamente com a metáfora do *óculos sociológico*. Sem a capacidade de perceber a realidade, os sujeitos sociais são incapazes de compreender como essas influências atravessam sua própria existência.

O ensino de Sociologia possui a capacidade de problematizar, complexificar e superar o senso comum que aponta para temas e fenômenos sociais. Reconhecendo que Freire identifica a centralidade dos saberes por ele chamado

de “saber de experiência feito” (Freire, 2008) como forma de valorizar os saberes populares. O reconhecimento desses saberes não significa um imobilismo, mas sim, “partir do *saber de experiência feito* para superá-lo” (Freire, 1999, p. 70-1). Nesse sentido, assim como o Brasil viveu um passado de analfabetismo da maioria da população brasileira (ponto que mobilizou Freire em seu protagonismo e reversão desde a década de sessenta) visando a ampliação das bases da curiosidade e da alfabetização política do mundo, propomos aqui falar em um ensino de Sociologia que seja responsável por realizar uma *alfabetização sociológica*.

1. Um Resgate da Sociologia no Currículo Escolar Brasileiro

Ao apontarmos para a existência de um analfabetismo sociológico, recuperamos autores clássicos na pesquisa da histórica da Sociologia no currículos escolar brasileiro, tais como (Meksenas, 1995; Carvalho, 2004; Moraes, 2011; Ghiraldelli Jr. 2001; Carvalho, 2015) e outros mais recentes que atualizam a discussão (Cigales, 2014; Engerroff; Cigales, 2017).

Se pensarmos na Sociologia como disciplina autônoma, com relação a outras áreas das Ciências Sociais, seu ingresso no currículo escolar se dá nas décadas de 1920 e vai gradativamente se materializando até meados de 1930. Esse período de aproximadamente dez anos é chamado, por Silva (2010), como “primeira fase”. O primeiro relato da presença da Sociologia no currículo escolar brasileiro foi possível graças a alguns professores autodidatas, que assumiram a disciplina sem ter formação específica para tal. Também chamada de ensino de Sociologia *pré-científica*. O período não pode ser considerado como sistematizado e institucionalizado na educação escolar brasileira, ficando restrito a algumas experiências pontuais, demarcando seu tímido e precário início.

Segundo Silva (Sociologia, 2010), a “segunda fase” inicia no ano de 1931 até 1940, um período de franco reconhecimento da importância da Sociologia no espaço escolar e, principalmente, no Ensino Superior no Brasil³. Antes de completar 10 anos, é interrompido pelo terceiro período, de 1942, com a Reforma Capanema, na qual foi retirada a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos secundários (com exceção dos cursos normais), durando até o período de 1964. Identificado por Silva (Sociologia, 2010) como período de grande inflexão da Sociologia no ensino escolar brasileiro.

É possível acompanhar a inexistência de consenso sobre a responsabilidade e os motivos da exclusão da disciplina na educação escolar no período ditatorial⁴. A Sociologia foi extinta do currículo escolar por meio da lei nº. 5.692 de reestruturação, do até então chamado segundo grau. Nessa ação, os militares tiveram a preocupação em substituir essa disciplina por outras, com características bem definidas de controle e disciplinamento do pensamento (Martins, 2014).

³ Essa dimensão acadêmica e de pesquisa se destaca com a emergência de pensadores que inauguram o pensamento sociológico brasileiro, teóricos que se detiveram a pensar o Brasil. Nomes como Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e outros que garantiram uma maior disseminação e visibilidade das teorias sociais. Segundo Silva, entre as diferentes conquistas do período, podemos citar a criação de escolas de formação superior de professores, em 1933 ocorreu a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; em 1934, com a Fundação da Universidade de São Paulo (USP) com um Catedrático de Sociologia na figura de Fernando de Azevedo, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sem falar na conquista para o campo das Ciências Sociais quando, em 1935, foi introduzida a disciplina de Sociologia no chamado “curso normal” no Instituto Estadual de Educação de Florianópolis. Esse segundo período é o que Meksenas (1995) chamou de “anos dourados da Sociologia” no Brasil (Carvalho, 2015, p. 27).

⁴ Existem pesquisadores, como Carvalho (2004), que identificam a responsabilidade do governo militar em relação à proibição da disciplina e a sua decorrente substituição pelas disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Moral e Cívica (MC). Já Piletti (1987) retira a responsabilidade dos militares, apresentando que a inclusão da disciplina de Sociologia e de Moral e Cívica já constavam na Reforma de Benjamim Constant e na Reforma de 1961 (Lei n. 4.024), chamada também de primeira LDB, onde constava, no artigo terceiro, a obrigatoriedade da OSPB nos ciclos (ginásio ecológico). Essa perspectiva é corroborada por Moraes (2011, p. 367), onde afirma que, apesar de existir um ambiente ideologicamente favorável às humanidades, inserido dentro de um governo populista próximo ao ano do Golpe Militar, a Sociologia não retorna com força na educação escolar.

Cabe aqui, portanto, recuperar o registro desse período, que poderíamos chamar verdadeiramente de “vácuo sociológico” na educação escolar brasileira. Reconhecendo que essa condição é anterior ao regime, totalizaria um período de mais de 60 anos sem a existência da disciplina de forma curricular e continuada na educação escolar nacional. Antes mesmo da instauração do período ditatorial, segundo defende Martins (2014a), já era possível identificar indícios de uma linha conservadora dominante nas políticas educacionais nacionais.

O resgate histórico das disciplinas, que compuseram as humanidades ensinadas no currículo escolar durante o período que vigorou o Regime Militar no Brasil, permite apontar as transformações que as Ciências Humanas sofreram dentro de um currículo tecnicista, moralista e conservador. Esse dado é fundante, por exemplo, para compreender parte do pensamento social dominante na sociedade brasileira atual. O tipo de reformulação proposta no currículo das Ciências Humanas no ensino escolar é, portanto, digno de reflexão.

Considerando-se que esse quadro foi agravado durante a ditadura empresarial militar, quando, por mais de vinte anos, essa realidade anteriormente recuperada foi combinada às disciplinas estruturantes de perfil conservador, juntamente com a opressão, a violência, as torturas, a censura, a proibição de espaços de debate, diálogo crítico e a inexistência de eleições diretas, fechamento de sindicatos, apresentando maior radicalidade, logo após o Ato Institucional número 5 (AI-5) (1968-1978). Conforme conclui Martins (2014), o período representou um claro afastamento entre as diferentes escolas e teorias que vigoravam nos cursos de ciências humanas no interior da universidade e o que era ensinado nas escolas, sendo nesses espaços, definidas como subversivas.

O elemento principal que surge nessa recuperação histórica da disciplina no currículo escolar é a possibilidade de constatar sua inexistência na formação do pensamento nacional. Somente em meados de 2008, vemos uma ação mais articulada nacionalmente sobre o retorno da disciplina nas escolas brasileiras (BRASIL, 2008). Porém, esse momento nem pôde ser devidamente comemorado.

Logo que a disciplina começa a se estabelecer no Ensino Médio, uma nova derrota se efetiva com a Reforma do Ensino Médio pela lei 13.415 (Brasil, 2017) e Nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (Brasil, 2018)⁵.

Assim posto, sem a existência da Sociologia, como conhecimento social disponível na educação escolar formal, em seu lugar, emergiu outras formas de explicar a realidade vivida. Para Dourado (2017) uma postura limitada cognitivamente e compartilhada se materializaria pelo *sensu comum opinativo sobre o social*. Essa postura opinativa específica, ao não encontrar opositores formais no interior da instituição escolar, desresponsabilizou-se do dever de formar bases interpretativas mínimas de compreensão da realidade social brasileira.

Segundo Freire, o analfabeto, quem não pôde frequentar a escola, seria a manifestação essencial da concepção de oprimido, cercado pelo senso comum aliado à consciência ingênua, com uma consciência limitada frente ao mundo (FREIRE, 1979). Sem acesso à leitura das palavras, a possibilidade de estabelecer uma leitura política ou crítica do mundo fica gravemente comprometida.

Porém, em nosso ponto de discussão, mesmo que os sujeitos tenham conseguido frequentar a escola, terão grande chance de ter suas capacidades de compreensão da realidade social limitadas ou mesmo inexistentes. Seja pela grande chance de não ter a Sociologia em seu currículo, como disciplina obrigatória, ou mesmo dela estar entre as disciplinas proibidas, retiradas do currículo escolar no seu período de escolarização, ou, ainda, ter a oferta da disciplina no seu currículo escolar, mas lecionada por professores leigos, autodidatas ou portadores do “notório saber”. Esse quadro recuperado até aqui, nos aponta para um tipo de ensino de Sociologia específico voltado a essa realidade que impediu o desenvolvimento da capacidade dos sujeitos de reconhecerem a complexidade do social no seu cotidiano.

⁵ Por esse período ser mais recente, não detalhamos essa recuperação, já que a identificação aqui brevemente realizada, permite sustentar a afirmação da materialidade histórica da existência inegável de um analfabetismo sociológico na formação escolar brasileira.

2. Analfabetismo Sociológico: consequências no ensino de Sociologia

Todo educador que vive no cotidiano o ensino de Sociologia logo identifica a postura opinativa dos estudantes. Trabalhar com esse campo carrega um peso e uma responsabilidade intelectual significativa, já que na prática pedagógica as discussões tendem a bater de frente com as opiniões circulantes na sociedade.

Essa postura opinativa é acentuada, principalmente, sobre questões que envolvem temas da ordem do dia, pautadas, por exemplo, pela grande mídia e por políticos. Observa-se que, nos últimos anos, ela vem ganhando maior força quando ecoa nas redes sociais, ambiente comum de identificar a necessidade de publicizar as opiniões como “verdades”. Essa postura chega ao ponto de confrontar no espaço escolar com conceitos, teorias, ou mesmo resultados de pesquisas sociais com a “opinião pessoal”. Segundo bem definiu o antropólogo Clifford Geertz,

[...] o senso comum é um sistema cultural; um corpo de crenças e juízos, com conexões vagas, porém mais fortes que uma simples relação de pensamento inevitavelmente iguais para um grupo que vive em comunidade. [...] O senso comum, no entanto, relaciona-se mais como a forma com que se lida com um mundo onde determinadas coisas acontecem do que com o mero reconhecimento de que elas acontecem (Geertz, 2014, p.17).

Frente a esse tipo específico de postura, o professor de Sociologia, muitas vezes, é visto pelos alunos como portador de “outra opinião” e, conseqüentemente, está disputando “a verdade” dele com a do(s) aluno(s). A tentativa de demonstrar as fragilidades das opiniões sociais vigentes é tida, comumente, como falta de respeito ao pensamento e à postura do aluno frente ao mundo que ele acredita poder explicar.

Destaco, aqui, que é mister reconhecer que essa postura é explicada de forma relevante quando compreendemos o analfabetismo sociológico⁶. A existência de uma espécie de “crença” compartilhada, sobre um tipo de “conhecimento” opinativo, acaba por conduzir um fechamento prematuro dos sujeitos à complexidade social. Processo de fechamento que ecoa no contato com a família, amigos e sociedade, que trocam e reforçam opiniões simplistas cotidianamente. Existiria uma espécie de postura opinativa recorrente em que vigora a ideia de que opiniões compartilhadas são suficientes para explicar a realidade social e, assim, o estudo das teorias, conceitos e acesso aos resultados de pesquisas sociais e sociológicas não teriam utilidade para a vida cotidiana.

O que foi mencionado acima nos possibilita recuperar José de Souza Martins (2013), que é defensor de uma “sociologia sensível” (Pereira, 2017) ao reconhecer o cotidiano profundamente imbricado pela historicidade, reconhecendo o papel do passado na constituição do presente dos sujeitos sociais. Na obra *A Sociologia da Vida Cotidiana* (2013), Martins reconhece as relações entre a biografia dos sujeitos e a história como um processo, não como condição dada. Assim, esse processo, contribuiria de forma específica no desenvolvimento de uma nova capacidade identificada como “imaginação sociológica” por Wright Mills (1975), mas, evidentemente, se o contato com a Sociologia for permitido de ser cultivado na vida escolar dos sujeitos.

Neste ponto, é importante reconhecer também as escolhas e estratégias didáticas dos professores. Esses profissionais, sem reconhecer o analfabetismo como contexto, tendem a conduzir o ensino para um conjunto de clichês⁷. Isso é

⁶ A pesquisa de Parmigiani e Dombrowski (2013), identifica precisamente essa relação com letramento e alfabetização sociológica no ensino de Sociologia no Ensino Médio.

⁷ Por exemplo, temos um número relevante de professores que, por alguma razão irrefletida, reproduzem a mesma estrutura da formação acadêmica para dentro da escola. Outro exemplo comum, ao querer apresentar a Sociologia, é a tendência forte de reprodução se estabelece ao seguir uma ordem cronológica dos pensadores, seja iniciando com Comte ou Durkheim, por exemplo, tentando dar conta do Positivismo, dos contextos históricos e políticos, da Sociologia como Ciência, da Ciência Social surgindo no contexto europeu, da particularidade de cada pensador e etc. Ou

evidenciado na forma com que são organizadas as aulas de Sociologia, como define Parmigiani e Dombrowski (2013, p. 198):

Saber, por exemplo, que Marx era alemão, ou que ele escreveu para a Gazeta Renana, pode ser importante para alguém em certos momentos, mas não cremos que este tipo de informação seja interessante para todos os jovens que estão vivenciando sua iniciação em Sociologia. Além de ser extremamente enfadonho, este tipo de informação, como a maioria das informações descontextualizadas, tende a ser rotulado como inútil e arquivado nas profundezas da memória, provavelmente para nunca mais ser acionado.

Essas formas mais tradicionais de ensino de Sociologia fazem uma espécie de apresentação geral que, de forma provocativa, podemos chamar de “Wikipedia da Sociologia”, anteriormente chamada também de ensino de proposta enciclopédica. E, essa posição pedagógica tradicional e conservadora seria oposta ao que se espera de uma pedagogia libertadora.

É a partir daqui que a recuperação da dimensão pedagógica e antropológica de Paulo Freire permite uma possibilidade de assumir uma nova postura pedagógica por parte dos professores de Sociologia. Sendo então proposta por meio de conceitos geradores, ou seja, estabelecida dentro de uma concepção de ensino de Sociologia dos oprimidos.

3. Por uma Sociologia dos Oprimidos

A educação para Paulo Freire possui o papel de mediar o sujeito com a realidade, ou seja, ela tem a responsabilidade de aproximar o sujeito dos conhecimentos existentes, com isso, a realidade é gradativamente percebida como uma nova realidade. A realidade (objeto) em si não muda apenas pela ampliação da consciência, mas também por meio do processo educativo, que, resumidamente, é a forma com que o ser humano (sujeito) observa e reconhece as mudanças, as

dividir os pensadores entre os clássicos, modernos e contemporâneos cobrando depois que os estudantes consigam indicar o grupo que cada pensador se localiza.

transformações na realidade, assim obtendo gradativamente uma percepção mais apurada do mundo. Neste ponto, a realidade passa a ser mediada pela aquisição de novos conhecimentos, revelando sentidos para os educandos, tornando o conhecimento um elemento vivo na nova relação que o sujeito estabelece com o mundo. Descobre-se, assim, um novo sujeito responsabilizado gradativamente pelo mundo que conhece, a transformação da realidade apresenta-se como uma opção. Segundo Freire: “desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõe a si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabem de si” (Freire, 1981, p. 29).

É possível afirmar que essa concepção de educação possibilita uma abertura do sujeito frente ao mundo, o oposto desse processo constituiria um fechamento ao mundo pela opinião. Cada elemento que constitui essa complexa proposição, de uma pedagogia crítica proposta por Freire, faz parte de um todo que se articula conjuntamente, ou seja, cada característica possui um papel específico na humanização. É nesse ponto que a Sociologia, como um processo pedagógico que se propõe a ser amplo, apresenta uma capacidade de realizar uma ampla abertura, em outras palavras, capacidade de reconhecimento das influências sociais na construção da realidade vivida pelos sujeitos.

Assim, a partir do que foi indicado, estabelece-se o processo de ensino de Sociologia, no qual os estudantes passam a reconhecer a existência dos fenômenos sociais e sua complexidade. Para isso, o ensino que se inspira em uma pedagogia freireana não pode se dar de forma enciclopédica, como já mencionamos. Ou mesmo, de apresentar a Sociologia como um combinado de autores que são apresentados e listados em ordem cronológica, sem adentrar nos pontos mais ricos de abertura da consciência, presentes nos conceitos sociológicos. Alguns buscam, ainda, apresentar uma espécie de resumo de alguns conceitos principais de cada pensador, em forma de lista, que precisarão ser decorados para uma avaliação posterior. Ou ainda, segundo Parmigiani e Dombrowski (2013, p. 198-199), “o caso extremo –e recorrente –desta excrescência consiste no fato de o professor

organizar uma exposição com cartazes confeccionados pelos alunos nos quais são apresentados a vida e a obra dos autores estudados”.

Essa postura, que Freire chama de conhecimento morto, reproduz a ideia de que o conhecimento é efetivado por mera memorização e reprodução. Exemplo preciso de um modelo de ensino bancário. É preciso, então, que se reforce a necessária superação dessa postura, mas, evidentemente, se esse professor estiver comprometido com uma proposta mais assertiva de ensino de Sociologia no Brasil.

O ensino precisa ser reconhecido como um processo de alfabetização sociológica. Assim, propomos, como forma de maior efetividade, o uso dos conceitos no ensino de Sociologia. Ou seja, o educador passa a selecionar os conhecimentos conceituais (Dourado, 2016) com objetivo de mobilizar conhecimentos sociológicos, construindo com os educandos novas capacidades analíticas e críticas. Cabendo assim, ao professor, produzir planejamentos que superem os clichês enciclopédicos e se perguntar, na escolha de cada conceito que deseja construir com seus educandos: qual ganho humanizador, crítico e emancipatório que esse conhecimento/conceito sociológico possui?

Como possibilidade pedagógica capaz de conduzir o planejamento de práticas mais potentes no que está sendo aqui discutido, propomos a organização dos conceitos como centro do processo de ensino-aprendizagem. Um tipo de seleção de conceitos sociológicos que podemos chamar, com a licença poética, de “conceitos geradores⁸”. Tendo como critério o nível de complexidade e, como ponto de partida,

⁸ No atual processo de pesquisa efetivado por um grupo maior de pesquisadores sobre o referido tema (em publicação já em andamento), identificamos inúmeros conceitos que poderiam aqui ser listados em ordem de complexidade, por exemplo, iniciando com Senso Comum, desnaturalização do olhar, Etnocentrismo e Relativismo cultural, mesmo que esses últimos não sejam propriamente oriundos do campo Sociológico (sem necessariamente trabalhar com a história da Ciência, das inúmeras concepções de Senso Comum ou mesmo da história da constituição da Antropologia). Seguido de um nível de complexidade maior, utilizando conceitos como Fato Social, Solidariedade Mecânica e Orgânica e Anomia, sem necessariamente entrar em todo o contexto histórico do Positivismo, de quem foi Émile Durkheim e a origem da Sociologia, por exemplo. Os conceitos de Alienação, Lucro, Classe Social, sem necessariamente apresentar quem foi Karl Marx, nem o contexto da Revolução Industrial européia e seus escritos políticos e filosóficos. Seguido dos conceitos mais complexos como Capital Social, Cultural, Econômico e Simbólico, juntamente com os conceitos de Violência Simbólica e os Campos Sociais de Pierre Bourdieu, sem necessariamente

conceitos de menor complexidade, cuidadosamente selecionados, preferencialmente dentro de situações que seus educandos vivem. Um exemplo de prática pedagógica ancorada nos pressupostos aqui defendidos está materializada na pesquisa de Furin (2019)⁹, mesmo que por outros caminhos, propôs experiências de ensino voltadas a discutir a leitura do mundo e a leitura das palavras no ensino de Sociologia.

Ao longo de um contato continuado e constante com novos conceitos sociológicos, os educandos poderão reconhecer, gradativamente, as influências sociais até então imperceptíveis. Muito próxima da discussão travada por Parmigiani e Dombrowski (2013, p.198) ao definir a

Sociologia como ciência, e, portanto, como uma linguagem, pensamos no papel que ela pode desempenhar quando incorporada pelos jovens ao cotidiano das suas práticas sociais. Pensamos nas transformações que a incorporação desta linguagem pode provocar no comportamento e nas atitudes destes jovens.

Os conhecimentos sociológicos serão construídos em aula, por meio da indicação de leituras prévias focadas no potencial de cada conceito gerador, a fim de pensar a realidade e reconhecer a complexidade dos processos sociais e seus desdobramentos críticos.

Esse processo de alfabetização seria conduzido com nível crescente de complexidade, buscando desenvolver uma autonomia interpretativa da dimensão social de forma consciente, visando ganhos cognitivos e de libertação. Liberdade

falar de quem foi Pierre Bourdieu, nem obrigatoriamente da Escola Francesa de Sociologia e das inúmeras obras sobre diversos temas como a Arte, a Televisão, suas pesquisas antropológicas e etc). Cada um desses conceitos, listados pelo seu potencial gerador identificado em nossas pesquisas, possuem um inegável papel na educação do olhar e do reconhecimento da realidade social. Selecionar os conceitos de forma consciente pelo professor, seja pelo seu nível de complexidade, seu potencial formador de criticidade e humanização, compreendendo conscientemente seus possíveis usos e sentidos didáticos, apresentam, cada um com sua contribuição, um inegável potencial de alfabetização sociológica.

⁹ Indicar essa pesquisa nos permite, em parte, suprir os limites da presente discussão, apontando caminhos e experiências que materializaram esse processo na realidade escolar brasileira.

que se constrói na abertura ao conhecimento de curiosidade legítima, não apenas emergente, mas agora sustentada por conceitos geradores do campo sociológico.

Nas palavras geradoras, por exemplo, o ensino da palavra e a consequente alfabetização de adultos não se limita ao ensino dos códigos simbólicos e gramaticais da alfabetização. Nem mesmo ao repasse do conhecimento erudito ou acadêmico aos educandos. Segundo Freire, a alfabetização, por meio de palavras geradoras, deve ser acompanhada de um ensino crítico e político em relação ao mundo. Esse ponto é aprofundado por Pitano (2008), que afirma:

Portanto, a aprendizagem formal dos conteúdos curriculares, em que pese, contextualizados no espaço imediato dos educandos, jamais é desempenhada à parte da *tomada de consciência* acerca dos problemas locais. O processo concreto de busca pela superação é o que Freire chama de *conscientização* – ação consciente pela libertação (Pitano, 2008 p.31).

Da mesma forma, o ensino de Sociologia não pode ser tomado como algo pré-existente, de simples reprodução pedagógica. O ensino dos conceitos geradores se faz necessário dentro de um ensino crítico e político em relação ao mundo vivido pelos próprios educandos. O uso dos conceitos sociológicos constitui um movimento de libertação da opressão, que naturaliza a realidade social, muito diferente de uma concepção de ensino de Sociologia que conforma, que acredita em uma inserção em uma cidadania idealizada. Tal como definiu Parmigiani e Dombrowski (2013, p. 199), o ensino de Sociologia seria ministrado com base em uma crença comum entre “muitos professores apegados a esta ilusão tipicamente iluminista creem que a falta de alguns conhecimentos específicos impede que as pessoas consigam se inserir de forma mais adequada no mercado de trabalho”. Por isso é que defendemos uma proposta de Sociologia dos Oprimidos.

Essa postura de ensino dos oprimidos responsabiliza a prática pedagógica na tomada de consciência, seja do oprimido ou do educador tradicional, ela só pode existir em uma educação dialógica, democrática e de trocas de conhecimento. Educadores e educandos libertam-se por meio de trocas mediadas pelo mundo

comum e na combinação do ensino e do aprendizado político dos conhecimentos sociológicos.

A abertura que a educação pensada por Paulo Freire revela, dentro de um processo inesgotável, é a eterna busca do sujeito pela sua própria humanização, isso é, a consciência ocupando lugar central na descoberta do seu papel como sujeito no mundo. Para nossa questão específica, estamos falando precisamente de uma consciência social crítica como ato contínuo de busca, um processo inesgotável de aprender mais e pensar criticamente sobre o mundo. Segundo afirma: “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento” (Freire, 2002, p. 55). Ainda sobre esse ponto, Freire aponta que,

[...] enquanto aprofundamento da *prise de conscience* do mundo, dos fatos, dos acontecimentos, a *conscientização* é exigência humana, é um dos caminhos para a [...] prática da curiosidade epistemológica. Em lugar de *estranha*, a conscientização é *natural* ao ser que, inacabado, se sabe inacabado (2002, p. 60 grifos do autor).

Assim, podemos ampliar a importância de uma proposta de ensino calcado em uma Sociologia dos Oprimidos, ou seja, da necessidade do ensino se responsabilizar por uma alfabetização sociológica que aponte para uma formação de consciência social crítica nas populações oprimidas pela sociedade. Um ensino de Sociologia que se reconhece político, emancipador de consciência, por meio de conceitos geradores capazes de conduzir os sujeitos à capacidade de construção teórica e cognitiva do mundo social em sua máxima complexidade. Como já indicamos, a Sociologia entendida como esporte de combate por Pierre Bourdieu (Carles, 2001), assume, em nossa proposta, uma identidade específica no contexto do ensino de Sociologia, já que esse combate intelectual terá como horizonte maior a utopia de libertação dos oprimidos.

Com base numa concepção de educação que se responsabiliza pela abertura do mundo, é preciso deixar claro que a educação passa a ser concebida como um processo de abertura. O ser humano é, portanto, um ser de curiosidade. O que

define cada sujeito e sua humanização é o grau de abertura para tal processo de aprendizagem. Sendo assim, uma proposta que discute o papel da consciência e da curiosidade epistemológica de cada sujeito social frente ao desafio de aprender.

Essa curiosidade, sobre a realidade socialmente construída, encontra-se bloqueada ou limitada por opiniões circulantes que desconsideram a complexidade dos fenômenos e influências sociais, conseqüentemente, isso afetará diretamente na formação da consciência dos sujeitos. A opinião oferta inúmeras respostas simples, limitadoras, preconceituosas e naturalizadoras para fenômenos e problemas sociais complexos, passando despercebido pela grande maioria das pessoas. Meritocracia, preconceitos, por exemplo, são crenças e posturas bem ilustrativas desse processo dominado pela opinião.

A educação tradicional definida como educação *bancária* (Freire, 1981 e 1983) seria profundamente responsável pela postura de fechamento do ser humano em relação à realidade social. Mais especificamente em relação à limitação do sujeito na sua capacidade de tomar consciência do mundo, fechando-o em uma postura fixa de verdades e simplificações míticas da ordem da opinião. Faz-se necessário compartilhar o pressuposto de que a educação precisa ser uma ação que responsabiliza o educador no compromisso de despertar a autonomia dos seres humanos, provocando-os a assumir o seu papel de protagonistas, de sujeitos transformadores do mundo e do seu cotidiano.

O ensino de Sociologia que apenas apresenta Marx, Weber e Durkheim como clássicos, que lista autores e conceitos sem a capacidade de trazer suas contribuições para pensar o cotidiano e criticizar, é um exemplo de prática empobrecida, frente ao desafio aqui colocado de alfabetização sociológica, assim como a alfabetização que apontava para frases como “Ivo viu a uva”, fazendo uma comparação com a crítica de Freire.

Para Freire, a educação tem o potencial de realizar um processo de abertura da consciência que modifica profundamente a postura epistemológica do sujeito. O ser humano passa a ser, por meio da educação, um sujeito em busca de conhecer,

explicar e agir no seu cotidiano e no mundo. Essa ação está aberta às escolhas que o sujeito fará após o processo de abertura ser iniciado. Em outras palavras, no caso do ensino de Sociologia, a educação permitiria a superação de um tipo de curiosidade ingênua, de uma postura que se satisfaz com qualquer resposta, inclusive, com respostas simples e justificadoras de uma realidade social injusta para a ampla maioria da população.

Uma educação voltada a construir um repertório interpretativo promove autonomia dos sujeitos no processo de alfabetização sociológica, abandonando as justificações (naturais, religiosas ou individuais) para fenômenos sociais que são tão comuns nas mentes oprimidas. Sendo possível problematizar, criticar e propor formas de transformação no seu cotidiano.

A educação das palavras e dos conteúdos (dos conceitos em nossa proposta) passa a constituir um cabedal de ferramentas de humanização no espaço de ensino sociológico. Passa a ser uma proposta consciente e estratégica para os primeiros contatos com o conhecimento. Ao final de cada aula, seria possível perguntar para cada educando: o que mudou na minha forma de ver, entender e agir na realidade social?

Considerações Finais

Com base na presente proposta, calcada na antropologia pedagógica de Paulo Freire, a educação sociológica seria responsável pela construção de um processo gradativo de superação do senso comum, não de ruptura. A educação, entendida como uma ação processual, passa a ser reconhecida no interior de uma ação pedagógica que parte do princípio de uma lenta e gradativa superação das limitações da consciência opinativa sobre o social. Partimos de uma realidade de analfabetismo sociológico e, portanto, as formas de contato com os conhecimentos desse campo não podem se dar de forma irrefletida e a-crítica por parte dos professores.

Os professores de Sociologia que reconhecem sentido e pertinência na presente discussão poderão pensar e repensar os novos sentidos e possibilidades que emergem para um novo tipo de ensino de Sociologia no contexto brasileiro. Se o senso comum opinativo dominante se estabelece com tamanha capacidade de aniquilar questões e curiosidades de ordem social, os primeiros contatos com esse conhecimento precisam focar na curiosidade a ser desenvolvida como processo analítico e interpretativo. Assim, a discussão proposta aqui não está dizendo que devemos abandonar o todo complexo do conhecimento sociológico (sua história de constituição, suas linhas teóricas e escolas de pensamento, suas metodologias, seu desafio de constituição como ciência, etc). Mas de abrir um ponto de reflexão propondo uma nova questão sobre *o que poderia ser mais potencial no enfrentamento do analfabetismo sociológico?* É nesse ponto que a presente discussão resulta no potencial da proposta dos “conceitos geradores” concebida dentro de um ensino de uma Sociologia dos oprimidos.

A partir disso, o ensino de Sociologia aponta para uma uma ampliação do papel da *Sociologia da Vida Cotidiana* (2013) ao focar no potencial dos conceitos sociológicos no espaço escolar como forma de mediar o olhar frente aos fenômenos sociais vividos por cada sujeito, podendo estes serem reconhecidos, criticados e transformados no seu cotidiano. Esse processo de ensino permitiria o que Mills (1975) identificou como “imaginação sociológica”, ou seja, quando os sujeitos sociais (educandos em nosso caso) passam a fazer uso desses conceitos sociológicos como mediadores interpretativos da realidade, adquirindo a capacidade de reconhecer suas influências sociais cotidianas.

Essa aproximação, com a concepção antropológica na proposta pedagógica de Freire, emerge uma sensibilidade humana no processo de compreensão do mundo sem colocar o conhecimento científico como um saber melhor ou superior. Esse conhecimento seria, na verdade, um tipo diferente dos demais, determinado pelo tipo de curiosidade que a precede e, portanto, fundamental por ser um

processo de libertação das naturalizações, simplificações e da impossibilidade de reconhecer na realidade os fenômenos e influências sociais.

Por isso, reforço este ponto: o primeiro contato precisa trazer uma responsabilização dos professores pela construção de estratégias conscientes e estabelecidas em um processo gradativo de aproximação dos conhecimentos sociológicos, levando em consideração temas de interesse e o cotidiano vivido pelos estudantes. Na proposta de Furim (2019, p. 54).

Pode-se afirmar que “a leitura do mundo e da palavra” no ensino de Sociologia, é uma proposta pedagógica eficaz, porque valoriza o saber do aluno e possibilita trabalhar os conteúdos a partir do conhecimento de mundo atrelado a realidade que o educando está inserido, o qual proporciona uma aprendizagem significativa sobre os conteúdos específicos de Sociologia.

Essas estratégias precisam apontar para que o movimento de curiosidade aconteça, e, depois, que se transforme em movimentos crescentes de complexidade sobre os fenômenos sociais, ou seja, que inicie e perdure. Talvez, o último nível de preocupação desse primeiro contato com a Sociologia seja o de consolidar uma ordem histórica da constituição da Sociologia como ciência. Seria fundamental, antes, reconhecer que o contato pode ser apresentado com objetivo de liberar as amarras da dominação da realidade social dada, possibilitando reconhecer que a realidade é e foi construída socialmente e, portanto, pode e deve ser transformada.

Para que se efetive uma Sociologia dos Oprimidos, faz-se necessário que os educadores de Sociologia responsabilizem-se pela seleção criteriosa de conhecimentos (na forma de conceitos sociológicos), para que ocorra, de fato, a humanização como fio condutor do processo de alfabetização. Assim, ofertando ferramentas críticas, analíticas, reflexivas, selecionadas com consciência e intencionalidade política. Uma superação realizada pelo contato crítico-político com o mundo ou, conforme as suas palavras, uma combinação de “leitura do mundo” e da “leitura da palavra” (Freire, 1989). Dessa forma, as aulas e os contatos continuados com esse campo de conhecimento sociológico apontarão para

a geração de novas capacidades críticas em um nível de curiosidade epistemológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. *Lei nº 11.684*. Altera o art. 36 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, Presidência da República, 02 jun 2008.

CARLES, Pierre. *A Sociologia é um esporte de combate*: documentário sobre Pierre Bourdieu. 2h26. 2001.

CARVALHO, Lejeune. M. G. *Sociologia no Ensino Médio: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

CARVALHO, Lejeune M. G. (Org.). *Sociologia e Ensino em Debate*: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. *Revista Café com Sociologia*. v. 3, n.1, Jan/abril, 2014.

DOURADO, Ivan Penteado. *Institucionalização do senso comum opinativo brasileiro: responsabilização educativo-institucional no fechamento prematuro das consciências sociais*. 2017. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2017.

DOURADO, Ivan Penteado. *Mediação Didática no Ensino Superior - Inventividade, níveis de abstração e o uso da metáfora como recurso didático no ensino de Sociologia*. *REBES - Rev. Brasileira de Ensino Superior*, 2(4): 34-45, out.-dez. 2016.

ENGERROFF, Ana Martina Baron e CIGALES, Marcelo Pinheiro. Quem conta a história do ensino de Sociologia no Brasil? Um estudo bibliométrico, *CABES*, V.1 n.2, Jul/dez, 2017.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*; São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*; São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 4ª Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* - Coleção polêmicas do nosso tempo - São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURIM, Mara M. F. Soares. A relação entre a “leitura do mundo e leitura da palavra” no ensino de Sociologia: estudo de caso realizado na escola estadual Vitória Furlani. *Revista Refaf*, v.8, n.1, 2019. p. 45-55.

GEERTZ, Clifford. Parte II, Capítulo 4 – O senso comum como um sistema cultural. In. *O Saber Local - novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2014.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *Introdução à Educação Escolar Brasileira: história, política e filosofia da educação (versão prévia)*. 2001. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer, *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, jan./mar Editora UFPR. 2014a.

MEKSENAS, Paulo. O ensino de Sociologia na Escola Secundária. In: Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação. *Leituras & Imagens*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 1995. p. 67-79.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela Obrigatoriedade. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

PARMIGIANI, Jacqueline e DOMBROWSKI, Osmir. O Alfabetismo Sociológico: Uma contribuição para o debate sobre o Ensino de Sociologia, *Tempo da Ciência*, Vol. 20 N. 40, 2013.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Ensino de Sociologia, Educação Popular e Currículo: reflexões a partir de Paulo Freire. *Revista Latitude*, Vol. 15, edição especial, jan. 2021.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A vida ensina: o “saber de experiência feito” em Paulo Freire. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 112-125, junho, 2017.

PILETTI, N. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 22-72, 1987.

PITANO, Sandro de Castro. Jürgen Habermas, Paulo Freire e a crítica À cidadania como horizonte educacional: uma proposta de revivificação da educação popular ancorada no conceito de sujeito social. *Tese (doutorado) – UFRGS, Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação*, Porto Alegre, 2008.

SARANDY, F. M. S. Reflexões Acerca do Sentido da Sociologia no Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G. (Org.). *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SCOCUGLIA, Afonso C. *A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*, 2ª edição, João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1999.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire in. Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI*, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

SOCIOLOGIA : Ensino Médio- *Coleção Explorando o Ensino - Coordenação Amaury César Moraes*. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 304 p.: il. ; v. 15), 2010.

Recebido em: 18 mai. 2023.
Aceito em: 25 jul. 2023.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

DOURADO, Ivan Penteado. Paulo Freire e o Analfabetismo Sociológico: Por uma sociologia dos oprimidos. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. Cabecs*, v.7, n. 1, p.124-147, 2023.